



CÂMARA MUNICIPAL DE OIAPOQUE

DIÁRIO OFICIAL

Edição nº 42
04 de setembro de 2026

Publicado em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

PEDRO GUIDO NASCIMENTO DE CASTRO

Conforme MP nº 2.200-2/2001 - ICP-Brasil

SUMÁRIO

1. INSTITUI A REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO PÚBLICO A INFORMAÇÕES DA CVMO.....2
 2. INSTITUI O GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DESTA CASA LEGISLATIVA.....5

1. INSTITUI A REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO PÚBLICO A INFORMAÇÕES DA CVMO

RESOLUÇÃO

Resolução n°
094/2026-GAB/PRES/CVMO, de 17 de
 junho de 2026.

Institui a regulamentação do acesso público a informações da Câmara Municipal de Oiapoque, em cumprimento à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OIAPOQUE, ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 38, IV da Lei Orgânica Municipal, combinado com art. 18, VI, “j” do Regimento Interno;

Faz saber que o Soberano Plenário deste Poder Legislativo **APROVOU** por unanimidade dos votos dos vereadores presentes na 16ª Sessão Ordinária Deliberativa da 2ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura do dia 16 de junho de 2026 e, EU PROMULGO a seguinte:

Resolução:

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito da Câmara Municipal de Oiapoque, o acesso a informações previsto na Lei Federal nº

12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º O acesso à informação pública será assegurado mediante:

- I - Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV – Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - Desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - Informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - Tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - Disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - Autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - Primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 4º É dever da Câmara Municipal garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 5º Cabe à Câmara Municipal, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;

III - Proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 6º O acesso a informações públicas será assegurado mediante criação de serviço de informações ao cidadão.

§ 1º O Serviço de Informações ao Cidadão — SIC terá o objetivo de:

I - Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

II - Informar sobre a tramitação de documentos nas unidades;

III - Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

§ 2º Compete ao SIC:

I - O recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - O registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;

III - O encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

Art. 7º Qualquer interessado poderá

apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos nesta Resolução, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 8º O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Art. 9º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no art. 11 da Lei nº 12.527/2011, a Câmara Municipal deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias:

I - Comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - Indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

III - Comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 1º O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

Art. 10. Negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Legislativo Municipal, o requerente poderá recorrer à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 17 de junho de 2026.

VEREADOR GUIDO MECÂNICO - PP
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
BIÊNIO 2025/2026

2. INSTITUI O GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DESTA CASA LEGISLATIVA

RESOLUÇÃO

Resolução nº 093/2026-GAB/PRES/CVMO, de 17 de junho de 2026

Institui o Governo Digital no âmbito desta Casa Legislativa, nos termos da Lei Federal nº 14.129/2021, e dá outras providências.

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OIAPOQUE, ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 38, IV da Lei Orgânica Municipal, combinado com art. 18, VI, “j” do Regimento Interno;

Faz saber que o Soberano Plenário deste Poder Legislativo APROVOU por unanimidade dos votos dos vereadores presentes na 16ª Sessão Ordinária Deliberativa da 2ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura do dia 16 de junho de 2026 e, EU PROMULGO a seguinte:

Resolução:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no âmbito desta Câmara Municipal de Vereadores o Programa Legislativo “Governo Digital”, nos termos da Lei Federal nº 14.129/2021.

Art. 2º O Programa Legislativo de Governo Digital terá as seguintes diretrizes:

I – Manutenção e evolução dos serviços digitais disponíveis;

II – Ampliação da oferta de serviços digitais;

III – Aproximação entre a gestão legislativa e o cidadão;

IV – Uso da tecnologia e inovação como habilitadoras da inclusão, diminuindo desigualdades;

V – Busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão.

CAPÍTULO II – Da Digitalização da Administração Pública e da Prestação Digital de Serviços

Art. 3º A Câmara Municipal poderá criar instrumentos para desenvolvimento de capacidades individuais e organizacionais necessários à transformação digital.

Art. 4º As Plataformas de Governo Digital deverão possuir, no mínimo:

I – Ferramenta digital de solicitação e acompanhamento de serviços públicos;

II – Painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§1º O acesso será por portal ou aplicativo oficial único.

§2º As funcionalidades deverão observar padrões de interoperabilidade e integração de dados.

Art. 5º Os órgãos responsáveis deverão:

I – Manter informações institucionais atualizadas;

II – Monitorar e implementar melhorias com base na satisfação dos usuários;

III – Integrar serviços às ferramentas de notificação e assinatura eletrônica;

IV – Eliminar exigências desnecessárias de documentos;

V – Aprimorar a gestão com base em dados e evidências.

Art. 6º Sempre que possível, solicitações deverão ser feitas por meio eletrônico.

Art. 7º As plataformas deverão atender à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

CAPÍTULO III – Dos Direitos dos Usuários

Art. 8º São garantidos:

I – Gratuidade no acesso às plataformas digitais;

II – Atendimento conforme a Carta de Serviços ao Cidadão;

III – Padronização de procedimentos e formulários digitais;

IV – Recebimento de protocolo físico ou digital das solicitações.

CAPÍTULO IV – Da Interoperabilidade de Dados

Art. 9º Órgãos e entidades deverão gerir suas ferramentas digitais considerando:

I – Interoperabilidade de informações e dados, respeitando restrições legais e segurança;

II – Proteção de dados pessoais, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO V – Do Uso de Dados

Art. 10º O Legislativo Municipal promoverá o uso de dados para construção e acompanhamento de políticas públicas, respeitando a LGPD.

CAPÍTULO VI – Dos Serviços Digitais Disponíveis

Art. 11º Serviços digitais disponíveis:

a) Carta de Serviços ao Usuário;

b) Transparência Municipal;

c) E-Sic – Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;

d) Consulta de Concursos Públicos e Processos Seletivos;

- e) Consulta de Legislação Municipal/Atividades Legislativas;
- f) Serviços Online;
- g) Sistema de Solicitações Eletrônicas (Ouvidoria e Fale Conosco).

CAPÍTULO VII – Disposições Finais

Art. 12º O acesso e conexão poderão ser garantidos pelo Legislativo para promover acesso universal e reduzir custos.

Art. 13º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 17 de junho de
2026.

VEREADOR GUIDO MECÂNICO - PP
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OIAPOQUE
BIÊNIO 2025/2026